

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Optimizar ainda mais os serviços farmacêuticos

A toma de medicamentos por idosos é uma questão social e de bem-estar público amplamente valorizada. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem promovido activamente a construção de uma “Macau Saudável”, implementando a política de descentralização de recursos de serviços para as comunidades. Desde 2022, os Serviços de Saúde (SS) implementaram as “Medidas de levantamento de medicamentos por fases em farmácias convencionadas”, acrescentando a funcionalidade de consulta e informação sobre esta medida na plataforma “Conta única de acesso comum”. Tais iniciativas alcançaram resultados faseados na optimização dos recursos públicos de cuidados de saúde, redução do armazenamento excessivo e desperdício de medicamentos em lares familiares, sendo merecedoras de reconhecimento. À medida que a política avança para a normalização, subsistem ainda margens para uma melhor optimização dos respectivos detalhes complementares. Recentemente, alguns residentes relataram que, devido à idade avançada, se esquecem de levantar os medicamentos ou, por circunstâncias especiais, não conseguem fazê-lo no prazo estipulado. Caso o prazo seja ultrapassado, ainda é possível levantar os medicamentos remanescentes dentro do período terapêutico prescrito, mas as quantidades correspondentes aos dias de atraso são consideradas automaticamente como rejeitadas e não são repostas. Em caso de indisponibilidade de medicamentos, os pacientes têm de se dirigir novamente à consulta externa para nova avaliação médica e prescrição médica. Esta situação não só afecta a estabilidade da situação clínica e a qualidade de vida dos idosos, aumentando os encargos dos cuidadores,

como também resulta no consumo desnecessário e na distribuição inadequada dos recursos médicos públicos.

O modelo actual de funcionamento das farmácias convencionadas desempenha um papel positivo na descompressão da pressão sobre os hospitais públicos e na facilitação do acesso dos residentes aos medicamentos nas suas proximidades. Contudo, face ao agravamento do envelhecimento populacional, à generalização das doenças crónicas com consultas em múltiplas especialidades e ao crescente aumento da procura por gestão comunitária da saúde, o modelo das farmácias convencionadas necessita de ser continuamente aprofundado e optimizado sobre a base já alcançada. As autoridades, tendo em conta a eficiência de custos, o desenvolvimento saudável do mercado e a conveniência dos residentes no levantamento de medicamentos, devem adoptar uma abordagem estratégica de alto nível, promovendo a transformação das farmácias convencionadas de um modelo tradicional de “dispensação passiva de medicamentos” para um modelo de “gestão activa comunitária de serviços farmacêuticos”, através da interligação dos sistemas de informação médica e da extensão do leque de serviços, a fim de elevar ainda mais a qualidade dos serviços farmacêuticos comunitários.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, quando os pacientes não conseguem levantar os medicamentos dentro do prazo devido a esquecimento ou a situações especiais, o mecanismo em vigor permite o levantamento dos medicamentos remanescentes, mas as quantidades correspondentes aos dias de atraso são automaticamente

deduzidas e não repostas. Em caso de indisponibilidade de medicamentos, os pacientes têm de se dirigir novamente à consulta externa para nova avaliação e nova prescrição, um processo considerado moroso. As medidas actuais ainda oferecem margem para contínua optimização, de modo a acompanhar as necessidades do desenvolvimento social. O Governo deve criar mecanismos específicos para o tratamento destas situações, por exemplo, um “canal verde e simples para o reabastecimento de medicamentos”, com vista a disponibilizar serviços de avaliação simples e de segunda via aos residentes que se esqueceram dos medicamentos. Vai fazê-lo? Com vista a facilitar a vida saudável dos residentes e a garantir a segurança na administração de medicamentos, bem como a aliviar a pressão dos serviços de urgência e de consulta externa, o Governo vai fazer isso?

2. No passado, o Governo afirmou estar a rever o modelo de funcionamento das farmácias convencionadas, considerando de forma integrada o desenvolvimento social, o crescimento populacional, a operação actual das farmácias convencionadas em várias zonas, a eficiência de custos, as necessidades reais e o desenvolvimento saudável do mercado, tudo isto com o objectivo de garantir a conveniência dos residentes no levantamento de medicamentos e a segurança do aprovisionamento farmacêutico, estudando a possibilidade de avançar, num futuro próximo, para um modelo mais aberto e transparente. Qual é o ponto de situação desse estudo?

23 de Agosto de 2026

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei